

Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico

Affective interactions with children in shelters:
an ethnographic study

Raquel de Camargo Barros ¹
Geraldo A. Fiamenghi Jr. ²

Abstract *This study was conducted in order to observe interactions among twenty children living in a sheltered home and their care-givers. Using ethnographic methodology, these children (between ten months and five years old) were observed during half-hour meetings held twice a week for three and a half months. The findings indicate a lack of training among the care-givers, reflected in verbal hostility towards the children, with limited care, few words of encouragement and little physical contact. At the same time, it was noted that the children searched continuously for attention and care from other adults visiting the home. This underscores the need to prevent and restructure poor relationships between care-givers and children, shaping healthy environment for their development.*

Key words *Child, Care-givers, Sheltered homes*

Resumo *Este estudo teve como objetivo observar as interações entre as crianças residentes em abrigo e suas cuidadoras. Foram participantes desta pesquisa vinte crianças de 10 meses a cinco anos e nove meses de idade, de ambos os sexos, de um abrigo para crianças e adolescentes. A metodologia utilizada foi de cunho etnográfico. Estas crianças foram observadas duas vezes por semana, em encontros de uma hora e meia, durante três meses e meio. Os resultados apontaram falta de preparo das monitoras para cuidar das crianças, evidenciado em situações de hostilidade verbal e poucas ocorrências de carinho, palavras incentivadoras e contato físico. Ao mesmo tempo, notou-se que as crianças buscavam incessantemente a atenção, o colo e o carinho de outros adultos frequentadores do abrigo. Depreende-se disto a necessidade de prevenir e alterar relações insatisfatórias entre cuidadores e crianças, promovendo um ambiente saudável para seu desenvolvimento.*
Palavras-chave *Criança, Cuidadoras, Abrigo*

¹ Núcleo de Apoio e Acompanhamento Interdisciplinar (NAAI). Rua Tancredo Neves 3500, Cohab 5. 06329-350 Carapicuíba SP. raqueldecamargobarros@yahoo.com.br

² CCBS, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Rua da Consolação 896/114, Consolação. 01302-907 São Paulo SP. fiamenghi@mackenzie.br

Introdução

A fragilidade e vulnerabilidade humana nos primeiros anos de vida ocorrem porque possuímos, ao nascermos, uma habilidade sensorial, física, cognitiva e emocional em formação¹. Para que a criança sobreviva, é necessário que alguém cuide dela em suas necessidades básicas. Assim, para Bowlby^{2, 3, 4, 5}, o comportamento de **attachment** é instintivo e se desenvolve tanto em seres humanos quanto em outros mamíferos durante a infância, tendo como objetivo a proximidade de uma figura materna. Embora este comportamento se manifeste de modo mais intenso nos primeiros anos de vida, ele continua em atividade durante a vida adulta. O **attachment** é fundamental para a sobrevivência dos indivíduos e ocorre em todas as culturas, sendo indispensável para a vida em sociedade, na medida em que o desenvolvimento social se dá devido a essa capacidade de manter relações interpessoais⁶. A pessoa em que se confia, também conhecida por Bowlby⁴ como figura de relação, pode ser considerada aquela que fornece uma base segura a partir da qual a pessoa pode desenvolver-se.

A importância do ambiente no desenvolvimento da criança é notória na vinculação afetiva e, para Keenan¹, seria a responsável pelo estabelecimento na criança da confiança e da segurança para explorar e apreender o mundo. Ainsworth *et al.*⁷ foram as pioneiras a estudar os diferentes tipos de apego que uma criança pode desenvolver. Assim, a criança possui apego inseguro quando suas mães são insensíveis ou negligentes às suas necessidades. Este comportamento não desenvolve na criança a confiança que ela deve ter em si e nos outros. Por outro lado, quando ocorre o atendimento de suas necessidades de afeto, trocas subjetivas e cuidados de higiene e alimentação, a criança se torna confiante e pode ter um saudável desenvolvimento de suas capacidades física, emocional e intelectual.

O cuidador é o mediador de muitos comportamentos que a criança desenvolverá, regulando sua atenção, curiosidade, cognição, linguagem, emoções, entre outros⁸. Quando a criança é privada dessa relação, ela desenvolve angústia, exagerada necessidade de amor, fortes sentimentos de vingança e, em conseqüência, culpa e depressão. Portanto, para este estudioso, a criança que vive em instituição, sem a presença de uma pessoa significativa, poderá ter seu desenvolvimento prejudicado, pois foi privada total ou parcialmente de se vincular afetivamente com alguém que lhe ofereça apoio, proteção e cuidados⁵.

Freud & Burlingham⁹ estudaram o desenvolvimento de crianças que foram abrigadas em instituições durante a II Guerra Mundial, devido à perda ou mudanças drásticas em suas famílias (morte do pai, trabalho da mãe) e perceberam que o desenvolvimento estava atrasado em diversos aspectos. As crianças que moravam nos abrigos demoravam mais tempo para reconhecer pessoas conhecidas, pois havia inúmeras pessoas em seu convívio. No desenvolvimento da linguagem, também houve uma diferença entre as crianças criadas em instituições e aquelas criadas em sua família, sendo que as primeiras apresentaram um retardo no início da fala, pois as crianças não tinham pais cuja linguagem poderiam imitar.

Corroborando este estudo, Bowlby⁵ salienta que, mesmo quando criados em lares insatisfatórios quanto às necessidades básicas, os bebês se desenvolvem melhor e apresentam ajustamento emocional mais adequado do que aqueles criados em instituições.

Vários autores destacam que a criança que possui apego inseguro devido à ausência de uma figura significativa em sua vida desenvolve um medo muito intenso de perder a pessoa ou objeto com o qual está se relacionando no momento^{1, 9, 10}.

Nesse sentido, um comportamento de evitação por parte de uma criança a uma pessoa que lhe ofereça afeto seria considerado adaptativo, pois impediria o sentimento de rejeição ou negligência novamente¹, trazendo o perigo das crianças apresentarem comportamentos anti-sociais na adolescência e idade adulta^{4, 9}.

Rutter¹¹ questiona as proposições de Bowlby e afirma que a privação materna não necessariamente levaria a quadros psicopatológicos, desde que fossem oferecidos à criança os cuidados de que necessita. Desse modo, variáveis ambientais ou institucionais devem ser relativizadas e fatores como idade, gênero, temperamento, natureza da relação anterior com a mãe, experiências prévias e posteriores à separação devem ser consideradas ao analisar o comportamento de uma dada criança ou adolescente que sofreu privação materna.

Dentre estas variáveis, é importante destacar a influência da institucionalização sobre as crianças. Os estudos realizados por Tizard & Tizard¹² revelam que os efeitos adversos do abrigamento não provêm da separação da mãe, mas da qualidade da instituição na qual a criança é deixada. Segundo os autores, aquelas instituições que oferecem baixa proporção entre adulto-criança, condições de saúde, higiene e estimulações físicas e emocionais podem favorecer o desenvolvimento e não o prejudicar.

A despeito de muitas crianças vivenciarem situações de estresse e risco em seu cotidiano, podendo apresentar distúrbios emocionais e problemas de conduta, nem todas apresentam estes comportamentos¹³. Pelo contrário, algumas delas conseguem adaptar-se e superar essas situações, demonstrando, entre outras habilidades, competência social, manifestando o que se denominou resiliência, isto é, uma capacidade de se sair bem frente a fatores potencialmente estressores^{11, 14, 15}.

Assim, é importante estabelecer uma forte e constante vinculação afetiva com a criança, a fim de lhe proporcionar um saudável desenvolvimento físico, psíquico e social. Isto se torna ainda mais relevante com crianças desprovidas de pessoas significativas em suas vidas e obrigadas a viver institucionalizadas à espera de adoção ou, quando possível, retorno à família de origem, enfim, de alguém que lhe assista em suas necessidades.

Diante destas considerações, esta pesquisa teve por objetivos descrever as interações entre as crianças e destas com suas cuidadoras.

Método

A abordagem escolhida

A etnografia é um método originalmente proveniente da Antropologia e da Sociologia e, apenas recentemente, tornou-se uma abordagem utilizada pela Psicologia Social¹⁶ e pela pesquisa educacional¹⁷.

De acordo com Sato & Souza¹⁸, o método etnográfico é o único a considerar que qualquer descrição do comportamento humano necessita da compreensão dos significados locais para descrevê-lo. Nesse sentido, tem como pressuposto que a realidade deva ser construída socialmente, desdobrando-se nas práticas, nos discursos e nas instituições.

Este método foi considerado por Taylor¹⁶ um 'multimétodo' de pesquisa devido à possibilidade de lançar mão de diversos instrumentos para coletar as informações.

Ainda para o mesmo autor, a etnografia caracteriza-se, essencialmente por: 1) obter informações a partir de vários recursos, como entrevistas, conversas, observações, documentos, 2) estudar o comportamento nos contextos em que ele ocorre, ao contrário de condições experimentais, 3) não estruturar a coleta das informações antes de ir ao campo e sim, progressivamente, com

o desenvolvimento da pesquisa, 4) realizar o estudo aprofundado de uma ou poucas situações.

Rockwell⁷ afirma que "o processo etnográfico é aberto e artesanal", ou seja, o etnógrafo deve, à medida que observa, criar hipóteses, analisá-las, reinterpretá-las e formular novas hipóteses. No que diz respeito à observação, para a referida autora, na tradição etnográfica, procura-se observar tudo, mesmo que isso seja praticamente impossível.

Como o objetivo deste estudo foi observar as interações estabelecidas entre as crianças e entre estas e suas cuidadoras no ambiente de um abrigo, pensamos que a pesquisa qualitativa de cunho etnográfico seria a mais adequada para abarcar a complexidade do fenômeno a ser estudado, já que permite uma observação mais ampla da situação, além da participação mais direta do observador no processo.

Participantes

Este estudo foi desenvolvido num abrigo para crianças e adolescentes de uma cidade do interior do estado de São Paulo. A instituição tinha capacidade para abrigar sessenta pessoas, de ambos os sexos, com idades entre zero e 14 anos.

Para esta pesquisa, foram participantes vinte crianças, cujas idades oscilavam entre 10 meses e cinco anos e nove meses, de ambos os sexos e seis cuidadoras (todas do sexo feminino). Estas últimas cumpriam uma rotina de trabalho de doze horas diárias, em dias alternados, sendo sempre as mesmas três num dia e as outras três no outro, o que significava que cada monitora tinha em média seis crianças para cuidar.

Das crianças que participaram, nove eram do sexo feminino, onze do masculino e cinco delas frequentavam a escola. O tempo de abrigo variava entre um mês a quatro anos e quatro meses e os principais motivos de estarem institucionalizadas eram negligência, seguido de maus-tratos físicos.

Na tabela 1, apresentamos o gênero, idade, maus-tratos sofridos antes do abrigo, tempo de institucionalização e situação em que se encontrava a criança no momento do estudo. As situações possíveis são: 1) criança destituída, em processo de destituição ou em estudo (averiguando se há possibilidade de retorno à família), 2) adoção nacional ou internacional, 3) retorno à família.

Tabela 1. Características gerais da população estudada.

	Gênero	Idade	Maus-tratos	Tempo de abrigamento	Situação
1	Fem.	10 meses	Físicos	1 mês	Processo
2	Masc.	1 ano	Físicos/Negligência	3 meses	Processo
3	Fem.	1 ano e 2 meses	Físicos/Negligência	1 ano e 1 mês	Processo
4	Masc.	1 ano e 6 meses	Verificação de intoxicação da criança por parte da mãe	2 meses	Retorno à família
5	Fem.	1 ano e 7 meses	Negligência	2 meses	Retorno à família
6	Masc.	1 ano e 7 meses	Tráfico de crianças	1 ano e 4 meses	Estudo
7	Masc.	1 ano e 9 meses	Negligência (Tráfico de drogas)	1 ano e 1 mês	Destituído
8	Masc.	1 ano e 9 meses	Negligência (Tráfico de drogas)	1 ano e 1 mês	Processo
9	Fem.	2 anos e 1 mês	Abandono (Mãe presidiária)	1 ano e 5 meses	Adoção nacional
10	Masc.	2 anos e 8 meses	Miséria extrema	1 ano e 4 meses	Retorno à família
11	Masc.	3 anos e 5 meses	Negligência e tráfico de drogas	1 ano e 1 mês	Estudo
12	Fem.	3 anos e 6 meses	Inadaptação à adoção	1 mês	Destituída
13	Masc.	3 anos e 10 meses	Físicos	5 meses	Processo
14	Masc.	3 anos e 10 meses	Negligência	3 meses	Estudo
15	Fem.	3 anos e 11 meses	Abuso sexual	7 meses	Estudo
16	Masc.	4 anos e 1 mês	Físicos	1 ano	Retorno à família
17	Masc.	4 anos e 7 meses	Físicos e negligência	4 anos e 4 meses	Adoção internacional
18	Fem.	4 anos e 9 meses	Negligência	6 meses	Retorno à família
19	Fem.	5 anos e 1 mês	Negligência (Mãe prostituta)	1 ano e 5 meses	Adoção internacional
20	Fem.	5 anos e 9 meses	Abuso sexual	7 meses	Estudo

Procedimento para coleta das informações

Após o consentimento da instituição para participar da pesquisa e aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas, as crianças e suas cuidadoras foram observadas pelos pesquisadores durante uma hora e meia, duas vezes por semana (nos períodos matutino e vespertino), durante três meses e meio, totalizando aproximadamente 850 horas de observação.

Pela manhã, a situação observada foi o momento de recreação livre das crianças, logo após o café da manhã e pela tarde, depois de acordarem do descanso pós-almoço até a hora do lanche vespertino. Neste intervalo de tempo, algumas tomavam banho e outras podiam brincar na sala do berçário.

No primeiro dia de observação, os pesquisadores foram apresentados às cuidadoras pela assistente social do abrigo e foram explicados os objetivos da pesquisa. Após este contato inicial, as observações se realizaram nos ambientes do abrigo, independentemente da presença das cuidadoras na situação observada. Na verdade, em algumas situações, as cuidadoras se afastaram das

situações observadas, deixando o cuidado das crianças a cargo dos pesquisadores.

Procedimentos para análise das informações

Procedendo de modo coerente com a escolha do método de pesquisa etnográfico, as categorias foram estabelecidas após as releituras dos diários de campo, sempre tendo em vista os objetivos deste estudo.

As informações coletadas nos diários de campo diziam respeito às impressões e sentimentos dos pesquisadores diante das situações vivenciadas no dia-a-dia das observações, sendo que tais impressões acabaram por integrar-se às análises.

Após os temas principais terem emergido, agrupamos os eventos em duas grandes categorias que nos pareceram adequadas para a análise: a) pensando o desenvolvimento das crianças abrigadas e suas relações com companheiros e b) discutindo as interações afetivas entre crianças e adultos no abrigo. Essas duas categorias refletem os objetivos propostos para esta pesquisa, isto é, observar as interações entre as crianças e as interações entre crianças e adultos no abrigo.

Resultados e discussão

Consideramos importante esclarecer que no decorrer desta apresentação aparecerão diversos nomes de pessoas, que foram substituídos respeitando o sigilo ético.

Pensando sobre o desenvolvimento de crianças abrigadas e suas relações com companheiros

Em relação aos bebês (em torno de um ano), notamos que recebiam pouca estimulação por parte das monitoras. Aqueles que ainda não andavam ou engatinhavam ficavam praticamente todo o tempo sentados em seus carrinhos ou em cercadinhos, acompanhados ou não de brinquedos, como apresentado no relato a seguir, retirado de um dos diários de campo:

Hoje, enquanto as outras crianças brincavam no pátio, Adriana, de um ano e dois meses, ficou o tempo todo no carrinho. Ofereciam brinquedo pra ela, logo ela o derrubava e ficava sem. Quando ela se mexia, tentando se levantar dele, era repreendida e rapidamente as monitoras a colocavam na posição sentada.

Além disso, todos já estavam propícios a darem seus primeiros passos com o auxílio de alguém ou até mesmo, sem ajuda, porém, desde que pudessem estar no chão. Poucas vezes os bebês foram observados em situações favorecedoras à aprendizagem do andar. Isto ocorria mais quando um voluntário propunha-se a dar as mãos à criança ou a deixá-la esboçar seus desajeitados passinhos sozinha, estando à sua retaguarda, caso necessitasse de amparo. Por conseguinte, as crianças abrigadas desde tenra idade começavam a andar sozinhas em torno de um ano e meio a dois, aproximadamente.

Sadalla¹⁹ aponta que, além da maturação biológica, para que o desenvolvimento da criança ocorra, é necessária a interação de alguns fatores, como situações que propiciem a aprendizagem daquilo que se quer desenvolver, motivação, orientação, modelos, elogios e afeto.

Considerando a linguagem, era comum encontrar crianças maiores de dois anos ainda emitindo apenas sons sem formar palavras. Freud & Burlingham⁹ notaram um atraso de seis meses na linguagem de crianças abrigadas e atribuíram-no à falta de contato com a mãe, na medida em que o aprendizado da língua está diretamente ligado à observação do comportamento e fisionomia da mãe enquanto fala. Disso resulta que a criança

estando exposta diversas vezes ao estímulo da linguagem da mãe por imitação aprende a falar.

No que diz respeito aos bebês mais velhos (em torno de um ano e meio), parecia já ser facultado o acesso ao chão, aos brinquedos e às crianças mais velhas. Estes podiam circular livremente pela sala de brinquedos e possuíam seu lugar junto aos outros na mesa do refeitório. Um engatinhava, outro percorria o trajeto de bumbum, outro precisava da ajuda para andar e alguns já tinham desenvolvido a habilidade de caminhar sozinhos. Os que ganhavam o chão, andavam livremente, pegavam os brinquedos que queriam, interagiam com outras crianças, brincando ou brigando e começavam a desafiar seus próprios limites. A impressão era de que, a partir deste momento, as crianças iniciavam um grande aprendizado – o de que deveriam contar apenas consigo próprias, tentando transpor as barreiras desenvolvimentais estabelecidas até o momento, ou seja, a partir da possibilidade de locomoção, abririam outras oportunidades para si.

Em consequência, as crianças de um ano e meio a dois subiam nas cadeiras, nos parapeitos das janelas e logo depois já estavam balançando velozmente nos balanços, subindo nas casinhas de madeira do pátio, escorregando nos escorregadores, pulando na cama elástica, subindo em árvores para pegar frutinhas, tudo isso com pouco envolvimento em acidentes e sem maiores dificuldades.

Uma outra característica observada foi que as interações estabelecidas entre as crianças pareciam visar, prioritariamente, a cooperação ou a disputa por brinquedo e por poder. Esses comportamentos variavam em função das características da criança envolvida na situação, ou de acordo com o momento em que ocorriam. Assim, notamos que havia aquelas crianças que se envolviam menos em relações competitivas e mais em cooperativas e vice-versa; bem como aquelas que transitavam entre uma e outra atitude dependendo da situação.

Na maioria das vezes, a agressividade era dirigida a uma outra criança, mas também podia ser dirigida a um adulto. Os comportamentos agressivos eram tapas, mordidas, beliscões, chutes, xingamentos e cuspes. As falas ameaçadoras por parte das crianças também eram corriqueiras, como esta: “Eu não sou mais sua amiga!”, ao sentirem-se desgostosas com alguma situação ou ao não terem seus desejos atingidos.

A grande incidência deste comportamento entre as crianças do abrigo talvez permita o levantamento de algumas hipóteses que auxiliem a

compreensão de sua manutenção. Podemos pensar no fato de, por serem provenientes de um ambiente agressivo, expressam sua mágoa, tristeza e raiva dessa maneira por ainda não possuírem outras estratégias para enfrentar as situações; obterem a atenção comportando-se desse modo ou ainda, serem tratadas com hostilidade pelas monitoras. Estas hipóteses não estariam isoladas umas das outras, mas sim, imbricadas e, talvez a última seria a grande mantenedora da agressividade. Portanto, este comportamento poderia estar sendo reforçado como forma de se obter atenção na medida em que aquela que cuida, cuida também sendo agressiva.

De acordo com Freud & Burlingham⁹, as crianças que vivem em abrigos parecem mais agressivas do que outras que vivem com a família. Isto ocorreria porque elas são obrigadas a conviver o dia todo com mais crianças do que estas últimas e desde cedo precisam resguardar o que é seu, ou seja, seus brinquedos, seus sentimentos, sua vontade. Desse modo, as crianças institucionalizadas estariam expostas a mais situações de expressão de sua agressividade do que aquelas que convivem em ambientes familiares, não significando que sejam mais agressivas.

Discutindo as interações afetivas entre crianças e adultos no abrigo

A relação entre monitora e criança parecia estar envolta em uma atmosfera de repreensão e autoritarismo, por um lado e medo e abandono, por outro, pois ao mesmo tempo em que as manifestações de carinho eram quase inexistentes, as atitudes hostis e ameaçadoras existiam constantemente no dia-a-dia das crianças.

Entretanto, apesar destes serem comportamentos comuns entre as cuidadoras, havia momentos de manifestação de afeto, bem como aquelas que eram mais carinhosas com as crianças, oferecendo-lhes oportunidades de atenção e trocas afetivas.

Contudo, os elogios e gestos de ternura eram raros, enquanto palavras destrutivas e ameaças ocorriam em grande parte do tempo. Por conseguinte, era comum as cuidadoras coibirem os comportamentos que não desejavam nas crianças utilizando-se de falas de caráter humilhante e degradador, como nesta situação em que a monitora queixava-se para a cozinheira do abrigo, na presença da criança:

“A Heloísa (três anos e seis meses) está terrível, tá mimada. Nenhuma criança pode colocar a mão nela, no pé dela que ela reclama! Ela não era as-

sim! Tá outra pessoa, mudou completamente! Já era pra ela ter se adaptado, afinal já faz tempo que está aqui!” A cozinheira diz: “Deixa eu ver quem é ela!” (Nesse momento, a criança abaixa a cabeça parecendo entristecida com o comentário).

A importância do vínculo afetivo no desenvolvimento da criança é praticamente inquestionável entre a maioria dos autores. Muitos, inclusive, afirmam que ele é inato como Bowlby^{2, 3, 4, 5}, Trevarthen²⁰, Fiamenghi²¹, entre outros. Nesse sentido, os bebês nasceriam aptos para vincularem-se afetivamente a alguém, especialmente à mãe. E, na ausência dos pais, as crianças podem (e devem) apegar-se a uma pessoa, denominado por Bowlby⁴ como figura de relação, capaz de fornecer uma base segura a partir da qual a criança possa desenvolver-se.

Assim, Hutz & Koller⁶ salientam que

Se a determinação biológica obriga seres humanos a interagir, pelo menos durante grande parte de suas vidas, são os fatores ambientais, em interação com fatores maturacionais e de personalidade, que determinarão, em grande parte, como essa interação irá ocorrer e seus efeitos para o desenvolvimento psicológico e o bem-estar dos indivíduos.

Podemos depreender disto a importância do ambiente em que a criança está inserida como propulsor de saúde psicológica. Entretanto, o abrigo falha, continuamente, em oferecer às crianças a segurança afetiva de que elas necessitam para seu desenvolvimento.

Infelizmente, o abuso de poder e autoridade figuravam entre as monitoras que pareciam utilizá-los até mesmo em momentos mais inesperados como o relatado abaixo.

Com o rosto fechado, a monitora vai entregando o pastel pra cada um. Depois passa servindo ketchup e todos querem, mas uma das crianças fala: “Põe pra mim, tia!” E ela responde: “Não ponho porque você pediu! Só vou colocar quando você não pedir mais!”. A criança diz: “Desculpa, tia! Eu não vou fazer mais isto!” e ela a deixa por último para colocar.

Ameaças e punições físicas também eram aplicadas às crianças. De um modo geral, à surdina, mas algumas bastante escancaradas, como o caso de um menino que chorava porque a monitora havia lhe dado um beliscão ou outro em que a cuidadora diz bem alto, frente a uma desobediência da criança: “Você vai levar um tapa!”.

Desse modo, a manutenção do autoritarismo e violência ainda existia na vida das crianças que, retiradas de suas famílias por maus-tratos, eram, forçosamente, obrigadas a conviver com pequenos atos de violência diários.

Por conseguinte, como nos aponta Guirado²², a instituição, procurando recuperar a criança de um abandono, muitas vezes também o promove, por abandonar à marginalidade as crianças por quem é responsável.

As implicações na criança da ausência de confiança e apoio em um adulto cuidador podem ser bastante devastadoras, tendo em vista a estreita relação entre vínculo e desenvolvimento emocional⁶.

O sucesso no desenvolvimento saudável das crianças vítimas do abandono depende do apego maior ou menor que essas puderem dedicar aos seus cuidadores. Quanto maior o afeto, maior a chance de a criança tornar-se um adulto moral e socialmente independente. Do contrário, a criança estará exposta a todos os riscos provenientes da escassa vinculação e poderá desenvolver comportamentos anti-sociais quando adolescente e adulta⁹.

A despeito disto, nem todas as crianças expostas aos fatores de risco (no caso, violência, abandono familiar) desenvolverão comportamentos inadaptados quando adultas devido à resiliência.

Para Munist *et al*¹⁵, esta característica é multideterminada e depende da interação de diversos aspectos, como o biológico, psicológico e social, e corresponde à capacidade da pessoa em ultrapassar as dificuldades e desenvolver-se de modo saudável, apesar do prognóstico desfavorável.

Diante das colocações a respeito do comportamento das monitoras em relação às crianças, convém também pensarmos o quanto elas próprias também podem ter sido educadas deste modo ou o quanto também acreditam que é assim a melhor maneira de educar as crianças.

Nesse sentido, Marcílio²³, em seus estudos nas unidades da Febem, ressalta em relação aos monitores:

Falta-lhes um mínimo de preparo técnico para a função: atuam com seus próprios recursos pessoais, com sua moral e seus valores, seu humor e sua força física. Em geral dominam os conflitos e os jovens pela cultura da subjugação, com uma rotina de restrições, desprazeres, de controles e maus-tratos.

Talvez uma das piores situações vivenciadas tenha sido na semana do dia das mães, em que as crianças foram obrigadas a ensaiar uma homenagem às suas progenitoras e deveriam gritar “Mãe, eu te amo!” ao final da canção, que era mais ou menos assim: ***Mamãe me plantou, mamãe me regou [...] para que eu crescesse assim [...] mamãe cuida bem de mim [...] ah, se todas as mães do mundo fossem assim.***

A letra da música trazia trechos, no mínimo, contraditórios para aquelas crianças abrigadas por maus-tratos, ou seja, elas terem que dizer “mamãe cuida bem de mim [...] ah, se todas as mães do mundo fossem assim” pareceu-nos uma grande violência a seus sentimentos. Ainda, tiveram que ouvir os comentários que as monitoras faziam após cada trecho da música, evidenciando a incoerência, mas de um modo rude e cruel. Por exemplo, no trecho “ah, se todas as mães do mundo fossem assim”, uma das cuidadoras mencionou: “Xi, Deus me livre!”

Entretanto, a situação pior ainda estava por vir. Depois de ensaiarem três vezes a música para o dia das mães, foi colocado outro CD e as crianças começaram a dançar ao som da música ‘Um tapinha não dói’, cujo conteúdo diz que apanhar não machuca. Agora, indagamos: se não machucasse, as crianças teriam sido retiradas de seus responsáveis?

De acordo com Freud & Burlingham⁹,

Se, numa creche, o adulto deve servir de objeto de extravasamento às emoções recônditas da criança prontas a explodir, estas, não devem, em hipótese alguma, servir de válvula de escape às emoções incontroladas e até imoderadas dos adultos sejam elas positivas ou negativas.

Apesar de tudo, em alguns momentos, as monitoras conseguiam ter um pouco de discernimento e afeto com as crianças, dando-lhes alguns beijinhos, abraçando-as e sorrindo com ternura, mas estes comportamentos ocorriam mais com as crianças com idade até dois ou três anos. Quando mais velhas, as palavras e atitudes ternas iam ficando cada vez mais escassas.

Parecia mesmo que o carinho e o colo eram mais ofertados pelos voluntários do abrigo. Estes sim, ao que observamos, eram afetuosos, conversavam com as crianças, sorriam para elas e, talvez o mais importante, davam-lhes uma oportunidade de contato físico, ofertando-lhes colo e afago. De um modo geral, os voluntários eram bastante solícitos e auxiliavam as monitoras em tudo, até mesmo desenvolvendo o papel destas, servindo refeições, dando mamadeiras, banhos e trocando fraldas, mas o mais importante, sem dúvida, era a oportunidade de agradar aquelas crianças ansiosas por um pouco de afeto e atenção.

Apesar da reconhecida importância do papel dos voluntários como possibilitadores de trocas afetivas com as crianças, nem todos freqüentavam o abrigo com regularidade, o que poderia acarretar uma não vinculação destas com os adultos voluntários.

Esta situação, para Bronfenbrenner & Crou-

ter²⁴, não seria facilitadora de um saudável desenvolvimento humano, na medida em que, para que ele se suceda, deve ocorrer sobre uma base regular e duradoura propiciada pelo ambiente em que a criança desenvolve-se.

No que diz respeito ao colo, ouvimos das próprias crianças e das monitoras uma não autorização a sentarem nos colos dos voluntários, sendo evocada a figura da coordenadora do abrigo, como no relato de uma criança falando para a outra:

Fico com Lucas (quatro anos e sete meses) no meu colo e ele fica bem encostadinho em mim. Depois aproxima-se Renato (três anos e 10 meses) e diz pra ele bravo: “Não pode sentar no colo das voluntárias! A (coordenadora) falou que não pode!”

Por um lado, é compreensível a condenação do colo porque a criança em sua ânsia por contato físico, algumas vezes, desejava o colo com exclusividade, chegando a estabelecer brigas com colegas que tentassem competir com ela pelo mesmo território ou se desentendendo com quem lhe ofertou colo por cedê-lo a outrem.

Pode-se até querer justificar, racionalizando sobre a possibilidade de evitação de situações de abuso sexual, mas esta regra parecia-nos um pouco exagerada, porque proibir que as crianças buscassem contato físico com um adulto era, no mínimo, uma violência em seus desejos por afago e calor humano.

Mediante os fatos apresentados, acreditamos relevante apontar que, apesar de nossa explanação ter evidenciado muitos comportamentos que julgamos errôneos das cuidadoras para as crianças e, ao mesmo tempo, explicitar de modo mais positivo a relação dos voluntários com as mesmas, também reconhecemos que, a despeito das atitudes hostis, o trabalho desenvolvido pelas monitoras é árduo, além de exigir muita dedicação, paciência e carinho pelas crianças. Ainda mais que são elas as pessoas presentes no dia-a-dia das crianças, enquanto que os voluntários permanecem apenas algumas horas na semana.

Considerações finais

A instituição em que desenvolvemos nosso estudo pretendia seguir as proposições do ECA²⁵, seus princípios e diretrizes; entretanto, percebemos que apresentava falhas, principalmente no que dizia respeito à formação e capacitação de suas cuidadoras.

Por conseguinte, muitas vezes sentimo-nas despreparadas para a função, por vezes compor-

tando-se de modo inadequado com as crianças, o que poderia revelar descomprometimento ou ignorância em lidar com elas. Parecia-nos, desse modo que, não só as crianças, mas também elas estavam desamparadas, desconhecendo as necessidades de carinho e afeto daquelas crianças, evidenciado neste diálogo com uma das monitoras:

Monitora: “Você é estudante?”

Pesquisadora: “Sou psicóloga!”

Monitora: “Você fica com as crianças, mas nós é que precisamos de psicóloga, talvez mais do que elas!”

O despreparo das cuidadoras aparecia, principalmente, no modo com que lidavam com as má-criações das crianças, ou seja, tentavam coibir o comportamento indesejado com palavras depreciativas referindo-se à criança como pessoa e não especificamente a sua atitude, como pode ser notado no seguinte exemplo: “Foi você que mordeu, Lucas? Fala a verdade! Menino feio e mal educado!”. Além disso, utilizavam, algumas vezes, a ameaça de punição física ou dela própria como forma de manter as crianças em seu controle, obedientes.

Não estamos, com isso, desejando colocar a responsabilidade das dificuldades vivenciadas pelas crianças em situação de abrigo nas cuidadoras. Parece-nos que os comportamentos inapropriados observados nas cuidadoras são, também, consequência das próprias fragilidades e inadequações em sua formação técnica, ou melhor, da ausência dessa formação.

Assim, a despeito do ambiente destas crianças em situação de abrigo estar longe de ser o ideal, vale refletirmos quais seriam as outras possibilidades existentes no município ou mesmo no Brasil que são realmente favorecedoras de um adequado contexto de desenvolvimento para elas.

Em reportagem do PSI, *Jornal de Psicologia do CRP-SP 26*, publicada no começo de 2004, discutiu-se a possibilidade de, em vez de abrigos, colocar as crianças em famílias acolhedoras, as quais receberiam sua guarda provisória enquanto esperam por adoção ou retorno à família de origem. Com isso, segundo a reportagem, seria favorecido o desenvolvimento da criança, por ser um ambiente com possibilidades de ser mais personalizado e mais estimulante do ponto de vista afetivo e físico.

Outro desafio seria tentar manter a criança que sofreu maus-tratos em seu próprio ambiente familiar, desde que houvesse um acompanhamento de profissionais que assegurassem a proteção da criança e desenvolvessem um trabalho familiar. Esta possibilidade é o tema de discussão da Comissão Intersetorial de Promoção, Defesa e

Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar instituída pelo Presidente da República em meados de outubro de 2004, cujos objetivos são apresentar propostas políticas que ampliem a convivência familiar em vez do abrigo²⁷.

De qualquer modo, apesar de podermos vislumbrar outras possibilidades para as crianças que não as institucionalizadas, ainda há muito a discutir a esse respeito. Dessa maneira, sugerimos a continuidade dos estudos acerca do desenvolvimento infantil de crianças e adolescentes abri-

gados, suas relações com as famílias de origem e também investigações sobre a percepção das cuidadoras sobre o papel que exercem nas instituições de abrigo.

Enquanto isso, torna-se importante a melhoria do trabalho desenvolvido pelas monitoras do abrigo, bem como um apoio maior por parte da coordenação e direção do abrigo no sentido de privilegiar sua capacitação, tendo como objetivo fundamental a preparação para o desempenho da função, a fim de promover um saudável desenvolvimento para as crianças abrigadas.

Colaboradores

RC Barros e GA Fiamenghi Jr participaram igualmente de todas as etapas da elaboração do artigo.

Referências

1. Keenan T. *An introduction to child development*. London: Sage Publications; 2002.
2. Bowlby J. *Apego*. São Paulo: Martins Fontes; 1984.
3. Bowlby J. *Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego*. Porto Alegre: Artes Médicas; 1989.
4. Bowlby J. *Formação e rompimento de laços afetivos*. São Paulo: Martins Fontes; 1990.
5. Bowlby J. *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes; 1995.
6. Hutz CS, Koller S. Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. *Est Psico (Natal)* 1996; 2(1):175-97.
7. Ainsworth MDS, Bell SMV, Stayton DJ. Individual differences in strange-situation behavior of one-year-olds. In: Schaffer HR, editor. *The origins of human social relation*. London: Academic Press; 1971. p. 17-57.
8. Stern D. *O mundo interpessoal do bebê*. Porto Alegre: Artes Médicas; 1992.
9. Freud A, Burlingham D. *Meninos sem lar*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura; 1958.
10. Rotandaro DP. Os desafios constantes de uma psicóloga no abrigo. *Psico Ciênc Prof* 2002; 3:8-13.
11. Rutter M. *Maternal deprivation reassessed*. Harmondsworth: Penguin Books; 1972.
12. Tizard J, Tizard B. The social development of two-year-old children in residential nurseries. In: Schaffer HR, editor. *The origins of human social relation*. London: Academic Press; 1971. p. 147-160.
13. Ceconello AM, Koller SH. Competência social e empatia: um estudo sobre resiliência com criança em situação de rua. *Est Psico (Natal)* 2000; 5(1):71-93.
14. Kotliarenco MA, Cáceres I, Fontecilla M. *Estado de arte en resiliencia*. Washington, D.C.: Organización Panamericana de la Salud; 1997.
15. Munist M, Santos H, Kotliarenco MA, Ojeda ENS, Infante F, Grotberg E. *Manual de identificación y promoción de la resiliencia*. Washington, D.C.: Organización Panamericana de la Salud; 1998.
16. Taylor M. Ethnography. In: Banister P, editor. *Qualitative methods in psychology: A research guide*. Buckingham-Philadelphia: Open University Press; 1994. p. 34-48.
17. Rockwell E. Etnografia e teoria na pesquisa educacional. In: Ezpeletta J, Rockwell E, organizadores. *Pesquisa participante*. São Paulo: Cortez; 1986.
18. Sato L, Souza MPR. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Psico USP* 2001; 12(2):29-47.
19. Sadalla AFA. *Desenvolvimento infantil e construção do desenvolvimento moral*. Texto elaborado para o Encontro de Docentes de Educação Infantil, Belo Horizonte (MG); 1998.
20. Trevarthen C. Communication and cooperation in early infancy. A description of primary intersubjectivity. In: Bullowa M, editor. *Before speech: The beginnings of human communication*. London: Cambridge University Press; 1979. p. 321-347.
21. Fiamenghi GA. *Conversas dos bebês*. São Paulo: Hucitec; 1999.
22. Guirado M. *Instituição e relações afetivas*. São Paulo: Hucitec; 1986.
23. Marcílio ML. O jovem infrator e a Febem de São Paulo – história e atualidade. In: Levisky DL, organizador. *Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção. 'Conhecendo, articulando, integrando e multiplicando'*. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2001. p.175-185.
24. Bronfenbrenner U, Crouter AC. The evolution of environmental models in developmental research. In: Kessen W, Mussen PH, editors. *Handbook of child psychology: History, theory, and methods*. New York: Wiley; 1983. p. 357-414.
25. ECA – *Estatuto da Criança e do Adolescente*. 10ª ed. (reedição). Campinas: Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes; 2000.
26. Famílias provisórias ao invés de abrigos. *PSI Jornal de Psicologia CRP-SP* 2004; Jan/fev.
27. Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). *Unicef lança estudo sobre instituições que abrigam crianças brasileiras* 2004 [acessado 2004 Out]. Disponível em: www.unicef.org/brazil/noticia.htm

Artigo apresentado em 13/06/2006

Aprovado em 24/10/2006

Versão final apresentada em 23/11/2006